



Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, quinta-feira, 22 de março de 2018

Edição nº 1789, Pág. 1

SUMÁRIO

TRIBUNAL PLENO	1
PAUTAS	1
ATAS	4
ACÓRDÃOS	4
PRIMEIRA CÂMARA	10
PAUTAS	10
ATAS	10
ACÓRDÃOS	10
SEGUNDA CÂMARA	10
PAUTAS	10
ATAS	10
ACÓRDÃOS	12
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE	12
ATOS NORMATIVOS	12
GABINETE DA PRESIDÊNCIA	12
DESPACHOS	12
PORTARIAS	13
ADMINISTRATIVO	15
DESPACHOS	15
EDITAIS	18

TRIBUNAL PLENO

PAUTAS

PAUTA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, SOB A PRESIDÊNCIA DA EXMA. SRA. YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS, EM SESSÃO DO DIA 27 DE MARÇO DE 2018.

JULGAMENTO ADIADO:

CONSELHEIRO RELATOR: JÚLIO ASSIS C. PINHEIRO

1) PROCESSO Nº 1468/2008 (17VIs)

Anexos: 5071/2007 e 6188/2007

Com vista para: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos

Obj.: Prestação de Contas Anual Poder Executivo dos Municípios do Interior

Órgão: Prefeitura Municipal de Carauari

Interessado: Bruno Luis Litaiff Ramalho

Procurador(a): Elizângela Lima Costa Marinho

2) PROCESSO Nº 2485/2003 (7VIs)

Com vista para: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos

Obj.: Prestação de Contas Anual

Órgão: Prefeitura Municipal de Carauari

Interessado: Bruno Luiz Litaiff Ramalho

Procurador(a): Elizângela Lima Costa Marinho

Advogado (a): Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM 4.331

Isabella Jacob Nogueira - OAB/AM 8.800

3) PROCESSO Nº 1871/2011 (11VIs)

Anexos: 6883/2009

Com vista para: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos

Obj.: Prestação de Contas Anual

Órgão: Prefeitura Municipal de Juruá

Ordenador: Tabira Ramos Dias Ferreira

Procurador(a): Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

4) PROCESSO Nº 1528/2006 (10VIs)

Com vista para: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior

Obj.: Prestação de Contas Anual

Órgão: Prefeitura Municipal de Carauari

Ordenador: Bruno Luis Litaiff Ramalho

Interessado(s): Prefeitura Municipal de Carauari, Dicrex - Cobranças

Executivas - Pge

Procurador(a): Evanildo Santana Bragança

Advogado(a): Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4.331

5) PROCESSO Nº 3002/2011 (6VIs)

Anexos: 2052/2011

Com vista para: Procurador Carlos Alberto Souza de Almeida

Obj.: Prestação de Contas Anual

Órgão: Prefeitura Municipal de Boca do Acre

Ordenador: Maria das Dores Oliveira Munhoz

Procurador(a): Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

Advogado(a): Juarez Frazão Rodrigues Junior - 5851

6) PROCESSO Nº 1068/2017

Anexos: 4927/2015, 1931/2014, 1785/2010, 1928/2014, 5579/2006,

5073/2009, 3004/2010, 2999/2009, 596/2010

Com vista para o Cons. Mario Manoel Coelho de Mello

Obj.: Recurso de Revisão

Órgão: Prefeitura de Rio Preto da Eva

Recorrente: Fullvio da Silva Pinto

Procurador(a): Elissandra Monteiro Freire

Advogado (a) Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/Am 6.975

Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM 4.331 e outros

AUDITOR RELATOR: ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

1) PROCESSO Nº 11.232/2014

Anexos: 10.417/2015

Com vista para: Cons. Josué Filho

Obj.: Prestação de Contas, exercício 2013

Órgão: Prefeitura Municipal de Juruá

Responsável: Francisco Tabira Ramos Dias Ferreira

Procurador(a): João Barroso de Souza

Advogado(a): Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM 6.975

JULGAMENTO EM PAUTA

CONSELHEIRO RELATOR: JULIO CABRAL

1) PROCESSO Nº 2045/2017

Anexos: 787/2015

Obj.: Recurso de Reconsideração

Órgão: SEDUC

Recorrente: Terezinha Pacaio Bonete

Procurador(a): Ademir Carvalho Pinheiro

2) PROCESSO Nº 1573/2017

Anexos: 2977/2015

Obj.: Recurso Ordinário

Órgão: UEA

Recorrente: UEA

Procurador(a): Elizângela L. Costa Marinho

Advogado (a) Eriverton Resende Monte – OAB/AM 7.648

Aly Nasser Abrahim Ballut Filho – OAB/AM 6.002

Marcelo Carvalho da Silva – OAB/AM 6.193

Luciana Elvas Pinheiro Costa – OAB/AM 5.657

Etá Pereira Castelo Branco – OAB/AM 6.550





Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, quinta-feira, 22 de março de 2018

Edição nº 1789, Pág. 2

Wanessa Cavalcante Fecury Soares – OAB/AM 6.367

3) PROCESSO Nº 11.528/2016

Obj.: Prestação de Contas, exercício 2015

Órgão: Prefeitura Municipal de Tapauá

Responsável: Almino Gonçalves de Albuquerque

Procurador(a): Fernanda C. Veiga Mendonça

CONSELHEIRO RELATOR: JÚLIO ASSIS C. PINHEIRO

1) PROCESSO Nº 10.913/2015

Obj.: Prestação de Contas, exercício 2014

Órgão: Prefeitura Municipal de Codajás

Responsável: Abraham Lincoln Dib Bastos

Procurador(a): Evanildo Santana Bragança

Advogado (a) Tábata Lorena Coelho Guimarães - OAB/AM 7.789

CONSELHEIRO RELATOR: ÉRICO DESTERRO E SILVA

1) PROCESSO Nº 10.035/2018

Obj.: Representação

Órgão: Ministério Público - TCE

Representado: Francisco Gomes da Silva

Procurador(a): Evelyn Freire de Carvalho

2) PROCESSO Nº 2814/2016

Anexo: 3539/2016

Obj.: Denúncia

Órgão: SEDUC

Interessado: Ouvidoria do TCE/AM

Procurador(a): Ruy Marcelo A. de Mendonça

3) PROCESSO Nº 2089/2017

Anexos: 294/2011

Obj.: Recurso de Revisão

Órgão: SEPROR

Recorrente: João Ferdinando Barreto

Procurador(a): Elizângela Lima Costa Marinho

4) PROCESSO Nº 2502/2015

Anexos: 860/2015, 3203/2017, 3204/201

Obj.: Embargos de Declaração, em Tomada de Contas Especial de Convênio

Órgão: SEDUC

Interessado: Abraão Magalhães Lasmar

Procurador(a): Evelyn Freire de Carvalho

Advogado (a) Amanda Gouveia Moura – OAB/AM 7.222

5) PROCESSO Nº 13.062/2017

Anexo: 12.602/2017

Obj.: Representação com pedido de medida cautelar

Órgão: SEMA

Representante: Ministério Público de Contas

Representado: Sema

Procurador(a): Ruy Marcelo A. de Mendonça

5.1) PROCESSO Nº 12.602/2017

Obj.: Representação com pedido de medida cautelar

Órgão: SEMA

Interessado: VW Engenharia de Recursos Hídricos Ltda.

Representado: Sema

Procurador(a): Ruy Marcelo A. de Mendonça

CONSELHEIRO RELATOR: JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

1) PROCESSO Nº 13.280/2016

Anexo: 10.141/2013

Obj.: Recurso de Reconsideração

Órgão: Câmara de Iranduba

Recorrente: Paulo Roberto Bandeira

Procurador(a): Evelyn Freire de Carvalho

Advogado (a) Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM 6.975

Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM 4.331

Márcia C. Milleo Laredo – OAB/AM 8.936

Amanda Gouveia Moura – OAB/AM 7.222

2) PROCESSO Nº 12.907/2016

Obj.: Representação

Órgão: Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Içá

Representante: Ministério Público de Contas

Representado: Abraão Magalhães Lasmar

Procurador(a): Carlos Alberto Souza de Almeida

Advogado (a) Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM 6.975

Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM 4.331

Márcia C. Milleo Laredo – OAB/AM 8.936

Amanda Gouveia Moura – OAB/AM 7.222

3) PROCESSO Nº 1013/2017

Anexo: 129/2016, 7322/2012, 5908/2009, 5512/2012, 4148/2008, 3214/2009, 890/2009, 2912/2009

Obj.: Recurso de Reconsideração

Órgão: Prefeitura de Envira

Recorrente: Ivon Rates da Silva

Procurador(a): Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

Advogado(a): Adson Soares Garcia – OAB/AM 6.574

4) PROCESSO Nº 1761/2015 (3VIs)

Anexo: 870/2014

Obj.: Tomada de Contas Especial

Órgão: SEDUC/Prefeitura de Borba

Responsável: Gedeão Timóteo Amorim e Antonio José Muniz Cavalcante

Procurador(a): Evelyn Freire de Carvalho

4.1) PROCESSO Nº 870/2014 (2VIs)

Obj.: Prestação de Contas de Convênio

Órgão: SEDUC/Prefeitura de Borba

Responsável: Gedeão Timóteo Amorim e Antonio José Muniz Cavalcante

Procurador(a): Evelyn Freire de Carvalho

5) PROCESSO Nº 11.480/2017

Anexo: 12.863/2016

Obj.: Recurso de Reconsideração

Órgão: Câmara de Itamarati

Recorrente: João Medeiros Campelo

Procurador(a): Evanildo Santana Bragança

Advogado (a) Antonio das Chagas F. Batista – OAB/AM 4.177

Eurismar Matos da Silva – OAB/AM 9.221

Enia Jéssica da Silva Garcia - OAB/AM 10.416

Adrimar Freitas de Siqueira – OAB/AM 8.243

Fabírcia Taliéle C. dos Santos – OAB/AM 8.446

6) PROCESSO Nº 13.934/2016

Obj.: Denúncia

Órgão: FCECON

Interessado: FCECON/SUSAM

Procurador(a): João Barroso de Souza





Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, quinta-feira, 22 de março de 2018

Edição nº 1789, Pág. 3

Advogado (a) Allan Carlos de Azevedo Viana Lima – OAB/AM 8.850

AUDITOR RELATOR – MÁRIO JOSÉ DE M. C. FILHO

1) PROCESSO Nº 10.275/2013

Obj.: Tomada de Contas

Órgão: Prefeitura de Uruará

Responsável: Fernanda Falabella

Procurador(a): Elizângela Lima Costa Marinho

Advogado(a): Fabrício Daniel Correia do Nascimento - OAB/Am 7.320

2) PROCESSO Nº 1600/2017

Anexos: 1765/2011

Obj.: Recurso de Reconsideração

Órgão: SPF - Secretaria de Estado de Política Fundiária

Recorrente: George Tasso Lucena Sampaio Calado

Procurador(a): Carlos Alberto Souza de Almeida

3) PROCESSO Nº 1344/2017

Anexos: 3781/2015

Obj.: Recurso de Reconsideração

Órgão: FAPEAM

Recorrente: Rego e Mendes Construções

Procurador(a): Ademir Carvalho Pinheiro

Advogado (a) Davis D'Albuquerque Braga - OAB/Am 5.081

Rodrigo Araújo Rebelo D' Albuquerque – OAB/AM 12.234

Leônidas Magalhães Neto – OAB/AM 6.085

AUDITOR RELATOR – ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

1) PROCESSO Nº 12.663/2017

Obj.: Recurso de Revisão

Órgão: PMAM

Recorrente: Sylma Cintra de Souza

Procurador(a): Evanildo Santana Bragança

2) PROCESSO Nº 3594/2016

Anexo: 7085/2013

Obj.: Recurso de Agravo

Órgão: SEINFRA

Recorrente: Ministério Público de Contas

Procurador(a): João Barroso de Souza

2.1) PROCESSO Nº 7085/2013

Obj.: Representação de Medida Cautelar

Órgão: SEINFRA

Representante: Ministério Público de Contas

Representado: Seinfra

Procurador(a): Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

Advogado (a) Danielen Cestari da Silva – OAB/AM 7.560

3) PROCESSO Nº 11.901/2016

Obj.: Prestação de Contas, exercício 2015

Órgão: MANAUMED

Responsável: Roberto Valiante de Souza

Procurador(a): Evanildo Santana Bragança

AUDITOR RELATOR – LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES

1) PROCESSO Nº 1798/2011 (23VIs)

Obj.: Prestação de Contas, exercício 2010

Órgão: SEDUC

Responsável: Gedeão Timóteo Amorim

Cinthia Régia do Livramento Gomes

Adenor de Lima, Laércio Salgado Carramano

Janayna Bezerra Conde, Zacarias Bichara Neto

Allan Almeida dos Reis, Marcelo Celso Bastos de Aguiar

Paulo Mac Dowell Góes Filho, Ivete Coelho Dibo

Alfredo Holanda de Oliveira,

Adilson Conceição de Castro Teixeira Júnior

Renato Abraham Rayol dos Santos

Bruno Scaranni Filho, Hayder Salim Bader

Augusto César Lisboa Carmine

Antonio Militão de Souza Neto

Moacir Ferreira Torres

Aran Ferreira Santos

Procurador(a): Ademir Carvalho Pinheiro

Advogado (a) Leda Mourão da Silva - OAB/Am 10.276

Patrícia de Lima Linhares – OAB/AM 11.193

Pedro Paulo Sousa Lira – OAB/AM 11.414

José Alberto R. Simonetti – OAB/AM 3.725 e outros

Edilson Lima da Silva – OAB/AM 5.707

Manaus, 22 de Março de 2018

MIRTYL FERNANDES LEVY JUNIOR
Secretário do Tribunal Pleno

Complementação 1 da 9ª PAUTA ORDINÁRIA, DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO, A SER REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2018, NA SEDE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS.

JULGAMENTO EM PAUTA:

CONSELHEIRO RELATOR: ARI MOUTINHO JUNIOR

CONSELHEIRO RELATOR: ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

1) PROCESSO Nº 1584/2017

Anexos: 1601/2017, 1602/2017, 1111/2017, 1112/2017, 1528/2014

Obj.: Recurso de Reconsideração

Órgão: SEDUC

Recorrente: Evo Digital Media Consultoria e Tecnologia Ltda.

Procurador: João Barroso de Souza

Advogado(a): Bruno Puerto Carlin - OAB/SP 194.949

Mara Cristina Niero – OAB/SP 257.456

1.1) PROCESSO Nº 1601/2017

Obj.: Recurso de Reconsideração

Órgão: SEDUC

Recorrente: Calina Mafra Hagge

Procurador(a): João Barroso de Souza

Advogado (a) Leda Mourão da Silva - OAB/Am 10.276

Patrícia de Lima Linhares – OAB/AM 11.193

Pedro Paulo Sousa Lira – OAB/AM 11.414

1.2) PROCESSO Nº 1602/2017

Obj.: Recurso de Reconsideração

Órgão: SEDUC

Recorrente: Rossieli Soares da Silva





Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, quinta-feira, 22 de março de 2018

Edição nº 1789, Pág. 4

Procurador(a): João Barroso de Souza
Advogado (a) Leda Mourão da Silva - OAB/Am 10.276
Patrícia de Lima Linhares – OAB/AM 11.193
Pedro Paulo Sousa Lira – OAB/AM 11.414

1.3) PROCESSO Nº 1111/2017

Obj.: Recurso de Reconsideração

Órgão: SEDUC

Recorrente: Cláudia Silva Thomaz de Lima

Procurador(a): João Barroso de Souza

1.4) PROCESSO Nº 1112/2017

Obj.: Recurso de Reconsideração

Órgão: SEDUC

Recorrente: Rafael Bastos Araujo

Procurador(a): João Barroso de Souza

2) PROCESSO Nº 11.620/2016

Obj.: Prestação de Contas, exercício 2015

Órgão: Casa Militar da Prefeitura de Manaus

Responsável: José Fernando de Farias

Procurador(a): Elizângela Lima Costa Marinho

3) PROCESSO Nº 729/2018

Obj.: Solicitação

Órgão: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas - PGJ

Procurador(a): Carlos Alberto Souza de Almeida

Manaus, 22 de Março de 2018

MIRTYL FERNANDES LEVY JUNIOR
Secretário do Tribunal Pleno

ATAS

Sem Publicação

ACÓRDÃOS

PROCESSOS JULGADOS PELO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, SOB A PRESIDÊNCIA DA EXMA. SRA. YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS, NA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONSELHEIRO-RELATOR: ANTONIO JULIO BERNARDO CABRAL.

PROCESSO Nº 1.562/2015 - Prestação de Contas Anual da Sra. Oreni Campêlo Braga da Silva, Presidente da Empresa Estadual de Turismo – AMAZONASTUR no exercício de 2014.

ACÓRDÃO Nº 57/2018: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto-vista do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar Irregular** a prestação de contas da Empresa Estadual de Turismo – AMAZONAS, de responsabilidade da Sra. Oreni Campêlo Braga da Silva, referente ao

exercício de 2014, nos termos do art.22, III, "c" e "d" da Lei nº 2.423/1996, face à existência de despesas não comprovadas relativas ao Contrato nº 06/2014, bem como das demais impropriedades elencadas e não sanadas pelo Relator Júlio Cabral; **10.2. Considerar em Alcance**, solidariamente, a Sra. Oreni Campêlo Braga da Silva e a Construtora Oliveira LTDA, no valor de R\$1.898.653,33 (um milhão, oitocentos e noventa e oito mil, seiscentos e cinquenta e três reais e trinta e três centavos), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ, haja vista a prática de ato antieconômico e lesivo aos cofres públicos, pela não comprovação da regular execução das despesas referentes ao Contrato nº 06/2014, nos termos do art. 25, da Lei nº 2.423/1996 c/c art.190, I e art.304, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias; **10.3. Aplicar multa** à Sra. Oreni Campêlo da Braga Silva no valor de R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais), que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ, tendo em vista a prática de atos com grave infração à normal legal e ilegítimos dos quais resultem injustificado dano ao erário, conforme impropriedades não sanadas pelo Relator e as despesas não comprovadas advindas do Contrato nº 06/2014, nos termos do art. 308, V e VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias; **10.4. Determinar** que, ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa imputada à Sra. Oreni Campêlo Braga da Silva e do alcance imputado à mesma e à Construtora Oliveira LTDA, admita-se a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa, encaminhando-se, se for o caso, as peças necessárias à execução judicial à Procuradoria Geral do Estado - PGE, e autorizando, desde já, a instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art. 173 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **10.5. Determinar** à AMAZONASTUR que observe com maior rigor o cumprimento da Lei nº 8.666/1993, quanto aos contratos firmados, bem como o Decreto nº 16.396/1994, quanto aos adiantamentos concedidos; **10.6. Notificar** a Sra. Oreni Campêlo Braga da Silva e a Construtora Oliveira LTDA, responsáveis pelo Contrato nº 06/2014, com cópias do Parecer Ministerial, do Relatório-Voto e do Acórdão para ciência do decisório; **10.7. Autorizar** a imediata remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual – MPE, face aos indícios de improbidade administrativa apontados, com fulcro na Lei nº 8.429/1992 c/c art.190, III, "b", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **10.8. Determinar** ao órgão competente que, cumprido o Acórdão, proceda ao arquivamento dos autos, nos termos do art. 162, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM. *Vencido o Conselheiro Julio Cabral que votou pela Regularidade das Contas com Ressalvas, e o Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho, que o acompanhou.*

PROCESSO Nº 11.710/2016 - Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão-SEMA, exercício de 2015.

ACÓRDÃO Nº 55/2018: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, inciso IV, alínea "I", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar Regular** a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão-SEMA, referente ao exercício financeiro de 2015, sob a responsabilidade do Sr. Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto, ordenador das despesas realizadas no período de 01/01/2015 a 26/04/2015, com fundamento no art.1º, inciso II e art.22, inciso II, ambos da Lei nº 2.423/96, c/c art. 5º, inciso II e art.188, § 1º, inciso II, da Resolução nº 4/2002- RITCE/AM; **10.2. Julgar Regular** com Ressalvas a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão-SEMA, referente ao exercício financeiro de 2015, sob a responsabilidade do Sr. Gilmar de Oliveira Nascimento, ordenador das despesas realizadas no período de 27/04/2015 a 31/12/2015, com fundamento no art.1º, inciso II e art.22, inciso II, ambos da Lei nº 2.423/96,





Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, quinta-feira, 22 de março de 2018

Edição nº 1789, Pág. 5

c/c art.5.º, inciso II e art.188, § 1º, inciso II, da Resolução nº 4/2002-RITCE/AM; **10.3. Aplicar Multa**, ao Sr. **Gilmar de Oliveira Nascimento**, no período de 27/04/2015 a 31/12/2015, na qualidade de ordenador de despesas da SEMAD, no valor de **R\$4.468,42** (Quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos), com fulcro no Art.53, Parágrafo Único, da Lei Orgânica 2.423/96 com a nova redação dada pelo art.2º da Lei Complementar nº 114/2013, em face da restrição não sanada, do item 1 deste relatório/voto, (item 1 da Notificação nº 07/2017-DICAD/MA e item 1 do tópico 22 –restrição do Relatório Conclusivo nº 13/2017–DICAD/AM); **10.4. Fixar prazo de 30 (trinta) dias** para recolhimento da multa que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão (Encargos Gerais do Estado-SEFAZ), com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art.72, III, “a”, da Lei nº 2.423/96 c/c o art.169, I, do Regimento Interno deste Tribunal, autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, nos termos do art.173, da Resolução nº 04/2002–TCE/AM; **10.5. Determinar** a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão–SEMAD: **10.5.1.** Obedecer o art.42 da Lei Complementar nº 101/2000, e uma vez que não é razoável assumir compromissos financeiros sem a garantia dos recursos necessários ao pagamento; **10.5.2.** Tomar medidas corretivas em relação ao maior rigor no controle dos estágios da despesa; **10.5.3.** Reavaliar os trabalhos e resultados da Comissão Permanente de Reconhecimento, Mensuração e Reavaliação do Ativo do Poder Executivo do Município de Manaus, no sentido de estabelecer programação mais efetiva das atividades.

PROCESSO Nº 2.160/2017 (Apenso: 1.919/2012, 6.110/2011, 4.608/2011)

- Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Francisco Rodrigues de Oliveira Lima, representante legal da Empresa Construções Empreendimentos e Poços Artesianos Ltda–CEPA, em face do acórdão nº 527/2017–Tribunal Pleno, exarado nos autos do processo nº 1919/2012.

ACÓRDÃO Nº 45/2018: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002–TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** o presente Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. **Francisco Rodrigues de Oliveira Lima**, representante legal da empresa Construções Empreendimentos e Poços Artesianos LTDA–CEPA, em face do Acórdão nº 527/2017–TCE–Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 1919/2012; **8.2. Negar Provimento** ao presente Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. **Francisco Rodrigues de Oliveira Lima**, representante legal da empresa Construções Empreendimentos e Poços Artesianos LTDA–CEPA, **mantendo-se integralmente** o Acórdão nº 527/2017–TCE–Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 1919/2012, ficando a cargo do Relator do processo principal, o acompanhamento do cumprimento do citado Acórdão ora mantido.

CONSELHEIRO-RELATOR: JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO.

PROCESSO Nº 1.532/2015 – Prestação de Contas Anual da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas–PGJ, exercício de 2014, de responsabilidade do Sr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz.

ACÓRDÃO Nº 48/2018: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002–TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar Regular** com Ressalvas a Prestação de Contas da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do

Amazonas–PGJ, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade do Sr. **Francisco das Chagas Santiago da Cruz** (de 01.01.2014 a 13.10.2014) e do Sr. **Carlos Fábio Braga Monteiro** (de 14.10.2014 a 31.12.2014), Procuradores Gerais da PGJ nos referidos períodos, nos termos do art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art.188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002–TCE/AM, tendo em vista que houve falha na adoção de procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial, ao invés de Pregão Eletrônico; **10.2. Recomendar** à atual administração da PGJ/AM que, nas próximas licitações com vistas à aquisição de bens e serviços comuns, utilize o pregão presencial somente com a devida justificativa motivada de que era inviável a adoção do pregão eletrônico; **10.3. Determinar** a extração de cópias do Relatório de Vistoria nº 086/2017, bem como do Parecer Ministerial, para juntada no Processo nº 11641/2016 (Prestação de Contas Anual da Procuradoria Geral de Justiça–PGJ, exercício de 2015), visto que o saldo remanescente deste ajuste teve sua execução destinada para o exercício de 2015.

PROCESSO Nº 1.606/2017 (Apenso: 2.532/2011 e 1.839/2017) - Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Robério dos Santos Pereira Braga, em face do acórdão nº 49/2017–TCE–2ª Câmara, exarado nos autos do processo nº 2532/2011. Advogado: Dra. Jéssica Laís Rondon Pirangy–OAB/AM nº 10.452.

ACÓRDÃO Nº 42/2018: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002–TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do presente Recurso Ordinário para, no mérito, **dar Provimento Total**, nos termos do art. 59, I, da Lei nº 2423/1996 (LO–TCE/AM), c/c o art.151, caput, da Resolução nº 04/2002 (RI–TCE/AM), no sentido de: **8.1.1.** Reformar o item 7.2 do Acórdão nº 49/2017, julgando Regular com Ressalvas a Prestação de Contas do Termo de Convênio nº 89/2010, firmado entre a SEC e a Associação Amigos da Cultura, de responsabilidade do Sr. **Robério dos Santos Pereira Braga**, Secretário de Estado de Cultura, à época, e Sra. **Maria das Graças Gorayeb Costa**, representante da Associação Amigos da Cultura; **8.1.2.** Excluir os itens 7.3 e 7.4 do Acórdão nº 49/2017, relativos à multa imputada ao Recorrente. **8.2. Determinar** à Secretaria do Pleno que oficie ao Recorrente sobre o teor do Acórdão proferido pelo Egrégio Tribunal Pleno.

PROCESSO Nº 1.839/2017 (Apenso: 2.532/2011 e 1.606/2017) - Recurso Ordinário interposto pela Sra. Maria das Graças Gorayeb Costa, em face do acórdão nº 49/2017–TCE–2ª Câmara, exarado nos autos do processo nº 2532/2011. Advogado: Dr. Altemir de Souza Pereira–OAB/AM nº 6.773.

ACÓRDÃO Nº 43/2018: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002–TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do presente Recurso Ordinário para, no mérito, **dar Provimento Total**, nos termos dos arts. 59, I, da Lei nº 2423/1996 (LO–TCE/AM), c/c o art.151, caput, da Resolução nº 04/2002 (RI–TCE/AM), no sentido de: **8.1.1.** Reformar o item 7.2 do Acórdão nº 49/2017, julgando Regular com Ressalvas a Prestação de Contas do Termo de Convênio nº 89/2010, firmado entre a SEC e a Associação Amigos da Cultura, de responsabilidade do Sr. **Robério dos Santos Pereira Braga**, Secretário de Estado de Cultura, à época, e Sra. **Maria das Graças Gorayeb Costa**, representante da Associação Amigos da Cultura; **8.1.2.** Excluir os itens 7.3 e 7.4 do Acórdão nº 49/2017, relativos à multa imputada ao Recorrente. **8.2.**





Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, quinta-feira, 22 de março de 2018

Edição nº 1789, Pág. 6

Determinar à Secretaria do Pleno que oficie ao Recorrente sobre o teor do Acórdão proferido pelo Egrégio Tribunal Pleno.

PROCESSO Nº 13.688/2016 - Representação apresentada pelo Ministério Público de Contas, por intermédio da Procuradora Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, em face do Secretário de Estado da Casa Civil, Sr. Raul Armonia Zaidan, por supostas irregularidades na contratação direta da empresa Ecoart Estrutura e Produção Ltda., para a realização de Serviços de Organização dos Jogos Olímpicos Rio 2016 – Subsede Manaus.

DECISÃO Nº 13/2018: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **DECIDEM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que acolheu em sessão o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em discordância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar pela Procedência** da presente Representação; **10.2. Determinar** o seu apensamento aos autos do processo de Prestação de Contas (Processo nº. 11.143/2017), com o objetivo de apurar eventual superfaturamento e a ocorrência de danos ao erário.

CONSELHEIRO-RELATOR: ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA.

PROCESSO Nº 4.137/2015 - Prestação de Contas Anual da Fundação Amazonas Sustentável - FAS, exercício de 2014, de responsabilidade do Sr. Virgílio Maurício Viana - Superintendente - Geral.

ACÓRDÃO Nº 50/2018: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Encaminhar** cópia integral dos presentes autos à 47ª Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas, responsável pelo controle das fundações de natureza privada, conforme o art. 66, Código Civil c/c art. 63 da LC nº 011/93, por ser o órgão competente para apreciar a regularidade das demonstrações financeiras, contábeis e patrimoniais dessas fundações; **10.2. Determinar** que, quanto à apreciação do Acordo de Cooperação Técnico-Científica nº 01/2008, firmado entre a FAS e a SDS – Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (atual SEMA), destinado à execução de programas e projetos de mudanças climáticas, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, dentre eles o Programa Bolsa Floresta, deve este Tribunal fazê-lo por ocasião do exame das Contas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SEMA, órgão integrante da administração pública estadual; **10.3. Notificar** os interessados, com cópia do Acórdão, Relatório/voto, e respectivos Relatórios Conclusivos, para ciência do feito e interposição de Recurso, caso queiram; **10.4. Determinar** ao SEPLENO que, após o trânsito em julgado, efetue o registro e proceda ao posterior arquivamento, nos moldes regimentais.

PROCESSO Nº 1.220/2015 - Tomada de Contas Especial do Convênio nº 028/2013, firmado entre a SEAS e o Instituto Novo Mundo. Advogado: Dr. Juarez Frazão Rodrigues Junior-OAB/AM 5.851.

ACÓRDÃO Nº 56/2018: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso V da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Julgar Legal** o Termo de Convênio nº 28/2013, firmado entre a Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS, no ato,

representada por sua Secretária Executiva, à época, **Sra. Maria das Graças Soares Prola**, e o Instituto Novo Mundo, representado, no ato, pelo **Sr. João Plácido Dodó**; **9.2. Julgar Regular com Ressalvas** a Tomada de Contas Especial do Termo de Convênio nº 28/2013, firmado entre a Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania - SEAS e o Instituto Novo Mundo; **9.3. Recomendar** à Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania-SEAS, que em seus ajustes, observe fielmente as disposições da Resolução nº 12/2012 TCE/AM, inclusive aos requisitos dos arts. 12 e 7º do referido normativo; **9.4. Recomendar** ao Instituto Novo Mundo que evite o uso de "cheques em espécie" e observe fielmente as disposições da Resolução nº 12/2012 TCE/AM; **9.5. Cumprido o Acórdão**, autoriza-se o seu **arquivamento** nos termos regimentais.

PROCESSO Nº 3.539/2016 (Apenso: 2.814/2016) - Denúncia oriunda da demanda da Ouvidoria acerca de possíveis irregularidades no edital nº 001/2015-2016 do processo seletivo do Governo do Estado do Amazonas através da Secretaria Estadual de Educação e Qualidade de Ensino-SEDUC.

DECISÃO Nº 10/2018: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **DECIDEM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 5º, inciso XII e art. 11, inciso III, alínea "c", da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Conhecer e julgar Parcialmente Procedente** a Denúncia, com fulcro no art. 1º, XXII, da Lei nº 2.423/96; **10.2. Determinar** à Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino-SEDUC que, após tomar ciência da Decisão, do Relatório/Voto, do Laudo Técnico Conclusivo nº 151/2017 e do Parecer nº 550 EX/2017-MP-RMAM, apure os acúmulos de cargos mencionados, providenciando as medidas regularizadoras cabíveis, bem como faça cessar todo e qualquer pagamento decorrente das contratações ilegais, conforme o art.261, §3º, da Resolução n.º 4/2002, se ainda existentes, sob pena de lhe ser aplicada a medida prevista no §4º do referido dispositivo; **10.3. Conceder prazo de 60 dias** à Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino-SEDUC, para informar o cumprimento da decisão a este Tribunal, sob pena de multa do art.54, IV, da Lei nº 2.423/1996; **10.4. Encaminhar** cópia do Relatório-Voto e da Decisão ao Conselheiro Relator da Prestação de Contas do Município de Apuí, biênio 2016-2017, para conhecimento e demais providências, caso entenda necessário.

PROCESSO Nº 248/2015 - Tomada de Contas Especial do Convênio nº 55/13-SEDUC/PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES. Advogados: Leda Mourão da Silva-OAB/AM 10.276; Patrícia de Lima Linhares-OAB/AM 11.193; Pedro Paulo Sousa Lira-OAB/AM 11.414.

ACÓRDÃO Nº 36/2018: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Julgar ilegal** o Termo de Convênio nº 55/2013, firmado entre a Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino-SEDUC, no ato, representada por seu Secretário de Estado, **Sr. Rossieli Soares da Silva** e a Prefeitura Municipal de Autazes, representada por seu Prefeito, **Sr. Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio**, em virtude das irregularidades acostadas no Relatório/Voto; **9.2. Julgar Irregular** a Tomada de Contas Especial do Convênio nº 55/2013- SEDUC, com fulcro nos Art.1º, IX e 22, III, "b", da Lei nº 2.423/1996 c/c Art.5º, IX da Resolução nº 04/2002, em virtude das irregularidades acostadas, no Relatório/Voto. **9.3. Aplicar** ao **Sr. Rossieli Soares da Silva**, Secretário de Estado, à época, as seguintes sanções: **a) Multa**, no valor de **R\$ 8.800,00**, fundamentada no art. 54, II, da





Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, quinta-feira, 22 de março de 2018

Edição nº 1789, Pág. 7

Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, face a falha verificada no item 19 e 20 supra. **9.4. Aplicar** ao Sr. **Raimundo Wanderlan Penalber Sampaio**, as seguintes sanções: **a) Multa**, no valor de **R\$ 8.800,00**, fundamentada no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, face as falhas verificadas nos itens 20, 23 e 32 supra. **9.5. Conceder** prazo aos sancionados de 30 dias para que recolham aos cofres estaduais as multas aplicadas nos itens acima, autorizando-se desde já o setor responsável deste Tribunal a proceder a execução deste título (art. 71, §3º, CRF/88), encaminhando-se, se for o caso as peças necessárias à execução judicial à Procuradoria Geral do Estado, tão logo transcorrido o prazo para a interposição de eventuais recursos ou adotado decisão terminativa; **9.6. Determinar** à Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino-SEDUC que: **a) Cumpra** o disposto no art. 116, §2º, da Lei nº 8.666/1993, apresentando o documento no momento inicial da Prestação de Contas; **b) Exija** a contrapartida quando realizar transferências voluntárias aos Municípios do estado; **c) Cumpra** o disposto no art. 22, da IN nº 08/2004 SCI, assim como o art. 31, da Resolução nº 12/2012 TCE/AM. **9.7. Notificar** os interessados, com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório.

PROCESSO Nº 2.500/2017 (Apenso: nº 4.122/2012, 2.499/2017 e 4.120/2012) - Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Gedeão Timóteo Amorim, em face do Acórdão nº170/2017-TCE-2ª Câmara, exarado nos autos do Processo nº4122/2012. Advogado: Leda Mourão da Silva-OAB/AM nº10.276. **ACÓRDÃO Nº 37/2018:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea "f", item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** o presente recurso, nos termos do art.60 e 61 da Lei Estadual nº2423/96 e art.151 da Resolução nº04/2002-TCE; **8.2. Negar provimento**, mantendo na totalidade o Acórdão nº170/2017-TCE-SEGUNDA CÂMARA, exarado no processo nº4122/2012; **8.3. Notificar** o Recorrente com cópia do Relatório/Voto e o Acórdão, para que tome ciência do decisório; **8.4. Após** as formalidades cabíveis, que seja retomada a execução do julgado no processo originário. **Declaração de impedimento:** Conselheiro Julio Cabral (art.65 do Regimento Interno).

PROCESSO Nº 2.499/2017 (Apenso: 4.120/2012, 2.500/2017 e 4.122/2012) - Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Gedeão Timóteo Amorim, em face do acórdão nº 169/2017-TCE-2ª Câmara, exarado nos autos do processo nº 4120/2012. Advogado: Leda Mourão da Silva-OAB/AM nº10.276. **ACÓRDÃO Nº 39/2018:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea "f", item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** o presente recurso, nos termos do art.60 e 61 da Lei Estadual nº2423/96 e art.151 da Resolução nº04/2002-TCE; **8.2. Negar provimento**, mantendo na totalidade o Acórdão nº169/2017-TCE-SEGUNDA CÂMARA, exarado no processo nº4120/2012; **8.3. Notificar** o Recorrente com cópia do Relatório/Voto e o Acórdão, para que tome ciência do decisório; **8.4. Após** as formalidades cabíveis, que seja retomada a execução do julgado no processo originário. **Declaração de impedimento:** Conselheiro Julio Cabral (art.65 do Regimento Interno).

CONSELHEIRO-RELATOR: JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO.

PROCESSO Nº 1.246/2017 (Apenso: 2.465/2012) - Recurso de Reconsideração interposto pela Sra. Vânia Maria Cyrino Barbosa, em face

do acórdão nº 11/2017-TCE-2ª Câmara, exarada nos autos do Processo nº 2465/2012.

ACÓRDÃO Nº 40/2018: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea "f", item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** o presente Recurso de Ordinário, interposto pela Sra. **Vânia Maria Cyrino Barbosa**, admitido pela Presidência deste Tribunal, por intermédio do Despacho de fls. 73-75; **8.2. Dar** Provimento parcial ao presente Recurso de Ordinário, para, no mérito, reformando o Acórdão nº 11/2017-TCE-SEGUNDA CÂMARA nos seguintes termos: **8.2.1.** Julgue legal o Termo de Convênio nº 28/2009 firmado entre o Conselho de Desenvolvimento Humano-CDH e a Comunidade Aldeia Marajá do Povo Mayoruna; **8.2.2.** Mantenha-se a Irregularidade da Tomada de Contas do Convênio n. 28/2009 de responsabilidade do Sr. Midas dos Santos Oliveira, Presidente da Comunidade Aldeia do Marajá do Povo Mayoruna, à época; **8.2.3.** Modifique o item 7.3 para constar o seguinte: Aplicar multa à Sra. **Vania Maria Cyrino Barbosa** no valor de **R\$ 2.192,06 (dois mil cento e noventa e dois reais e seis centavos)**, com base no art.54, IV da Lei Estadual nº 2423/96 c/c art.308, I, do Regimento Interno. **8.2.4.** Mantenha os demais itens; **8.3. Dar ciência** à Recorrente deste Acórdão; **8.4.** Após cumpridos os itens anteriores, determinar o **arquivamento** do presente Recurso Ordinário, e do processo apenso, nos termos regimentais.

PROCESSO Nº 3.207/2016 (Apenso: 3.004/2012, 3.210/2016, 3.003/2012, 3.457/2016 e 3.459/2016) - Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Gedeão Timóteo Amorim em face do Acórdão nº 31/2016-TCE-2ª Câmara, exarada nos autos do processo TCE nº 3004/2012. Advogado: Leda Mourão da Silva-OAB/AM nº10.276, Patrícia de Lima Linhares-OAB/AM nº 11.193 e Pedro Paulo Sousa Lira-OAB/AM nº 11.414.

ACÓRDÃO Nº 47/2018: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea "f", item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** o presente Recurso Ordinário, interposto pelo Sr. **Gedeão Timóteo Amorim**, Secretário de Estado da Educação e Qualidade do Ensino-SEDUC, à época, admitido pela Presidência deste Tribunal, por intermédio do Despacho de fls. 49-50; **8.2. Dar provimento parcial**, ao presente Recurso Ordinário, interposto pelo Sr. **Gedeão Timóteo Amorim**, reformando o Acórdão nº 31/2016-TCE-SEGUNDA CÂMARA, no seguinte: **8.3. Julgar Legal** o Termo de Convênio nº 57/2009, firmado entre a Secretaria de Estado da Educação e qualidade de Ensino-SEDUC e a Prefeitura Municipal de Humaitá; **8.4. Julgar Regular com Ressalva** a Prestação da 1ª parcela do Termo de Convênio, nos termos do art.22, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art.188, §1º, II da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **8.5.** Mantendo-se os demais itens do Acórdão; **8.6. Dar ciência** ao Sr. Gedeão Timóteo Amorim, desde Acórdão; **8.7. Arquivar** o presente processo e seus apensos nos termos regimentais.

PROCESSO Nº 3.993/2014 - Tomada de Contas Especial que tem por objeto suprimentos de fundos destinados à Unidade de Saúde do Município de Santa Isabel do Rio Negro, tendo como Tomador do Recurso de Adiantamento o Sr. Antônio Carlos Fernandes Teixeira, servidor da SUSAM. Advogado: Sra. Kátiuscia Raika da Câmara Elias, OAB/AM nº 5225.

ACÓRDÃO Nº 49/2018: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, inciso IV,





Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, quinta-feira, 22 de março de 2018

Edição nº 1789, Pág. 8

alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas de Adiantamento concedido ao servidor **Sr. Antônio Carlos Fernandes Teixeira**, à época, da Secretaria de Estado de Saúde-SUSAM, com fulcro no art.22, II da Lei 2.423/96; **9.2. Multar o Sr. Antônio Carlos Fernandes Teixeira**, à época, da Secretaria de Estado de Saúde-SUSAM, no valor de **R\$1.096,03**, em virtude das falhas não sanadas elencadas neste voto, nos termos do art.308, incisos II, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM; **9.3. Recomendar** à origem que: **a)** Observe com mais atenção aos prazos legais para Prestação de Contas de Adiantamento, conforme art. 9 do Decreto n. 16.396/94; **b)** Exerça suas funções buscando o devido respaldo documental, a fim de que não reincida em impropriedades desta natureza. **9.4. Dar ciência** desta decisão aos responsáveis; **9.5. Cumpridas** as determinações acima, **Arquivar** os autos, nos termos regimentais. *Vencido Voto Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, que votou pela irregularidade, aplicação de multa.*

PROCESSO Nº 4.747/2012 - Representação formulada pelo Dep. José Ricardo Wendling acerca de possíveis irregularidades na contratação de empresas para prestação de serviço de engenharia no âmbito da SEDUC. Advogado: Katiuscia Raika da Câmara Elias-OAB/AM 5225.

DECISÃO Nº 9/2018: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **DECIDEM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Tomar Conhecimento** da presente Representação, admitida por meio de Despacho da Presidência, fl.421-422; **10.2. Julgar** pela **procedência parcial**; **10.3. Aplicar multa** no valor de **R\$8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos) a **Sra. Sirlei Alves Ferreira Henriques** com fundamento no art.308, VI da Resolução n. 04/2002; **10.4. Fixar prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Pública (art.72, III, alínea "a" da Lei 2.423/96) com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art.308, §3º da Resolução TCE 04/02), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art.175 da Resolução TCE 04/02; **10.5. Determinar** o registro e o arquivamento destes autos nos termos regimentais; **10.6. Dar ciência** desta decisão aos interessados.

PROCESSO Nº 2.809/2016 - Denúncia oriunda de demanda da Ouvidoria relativa à suposta acumulação de cargos pelo Sr. Luis Fabian Pereira Barbosa, na Universidade do Estado do Amazonas-UEA e Secretaria Municipal de Educação-SEMED. Advogado: Jorge Antonio Veras Filho, OAB/AM 5.693.

DECISÃO Nº 11/2018: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **11.1. Tomar Conhecimento** da presente Denúncia, admitida por meio de Despacho da Presidência, fls. 250-251; **11.2. Julgar Procedente** a presente Denúncia, em vista dos argumentos apresentados no Relatório/Voto; **11.3. Determinar** à Universidade do Estado do Amazonas - UEA que suspenda a remuneração do servidor **Luis Fabian Pereira Barbosa**, referente ao cargo efetivo que ocupa na UEA, enquanto estiver na situação de acúmulo irregular de cargos públicos; **11.4. Dar ciência** desta Decisão ao **Sr. Luis Fabian Pereira Barbosa**; Universidade

do Estado do Amazonas e Casa Civil; **11.5. Após cumpridas** a Decisão acima, **Arquivar** os autos, nos termos regimentais.

PROCESSO Nº 2.159/2017 (Apenso: 5.222/2006) - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. George Tasso Lucena Sampaio Calado em face do Acórdão nº 389/2017-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Proc. nº 5222/2006.

ACÓRDÃO Nº 41/2018: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea "f", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por unanimidade**, nos termos do Voto da Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** o presente Recurso de Reconsideração; **8.2. Negar Provimento**, mantendo inalterados todos os termos do Acórdão nº 389/2017-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Proc. nº 5222/2006 (fls. 165/166).

CONSELHEIRO-RELATOR: ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR.

PROCESSO Nº 13.092/2016 (Apenso: 12.702/2015) - Recurso Ordinário interposto pela Sra. Aurimar Fátima Andrade Pena em face da decisão nº 881/2016, exarada nos autos do processo nº 12.702/2015. Advogado: Geysila Fernanda Mendes de Melo-OAB/AM nº6.594.

ACÓRDÃO Nº 44/2018: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea "f", item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** o presente Recurso Ordinário, considerando que restou demonstrado o adimplemento de todos os requisitos de admissibilidade; **8.2. Dar provimento para Reformar** a Decisão nº 881/2016-TCE-Primeira Câmara (fls.99/100, do Processo nº 12.702/2015, em apenso); **8.3. Julgar Legal** a aposentadoria da **Sra. Aurimar Fátima Andrade Pena** no cargo de Assistente Administrativo da Fazenda Estadual, 1ª Classe, padrão I, matrícula nº 000.409-0-A, do Quadro de Pessoa da Secretaria de Estado da Fazenda-SEFAZ, determinando seu registro nesta Corte de Contas, com fulcro no art.31, inciso II, da Lei nº 2.423/96.

PROCESSO Nº 10.042/2017 (Apenso: 10.181/2013) - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Mario Thomas Litaiff, prefeito e ordenador de despesas do município de Alvarães, exercício de 2012, em face do acórdão de n.º 59/2016-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do processo de n.º 10.181/2013.

ACÓRDÃO Nº 46/2018: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea "f", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por unanimidade**, nos termos do Voto da Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** o presente Recurso de Reconsideração, por estarem presentes todos os requisitos de admissibilidade elencados no art. 145 da Resolução n.º 04/02 do TCE-AM (RITCE/AM) e arts. 59, II, 62 da Lei. 2.423/1996; **8.2. Negar Provimento**, para manter, na íntegra o Acórdão n.º 59/2016-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo de n.º 10.181/2013, em sessão de 25/10/2016.





Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, quinta-feira, 22 de março de 2018

Edição nº 1789, Pág. 9

CONSELHEIRO CONVOCADO E RELATOR: ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

PROCESSO Nº 1.752/2012 (Apenso: 2.093/2014) - Prestação de Contas Anuais da Central de Medicamentos do Amazonas - CEMA, exercício 2011, de responsabilidade do Sr. José Duarte dos Santos Filho, Ordenador de Despesas. **Advogado:** Dra. Katiúscia Raika da Câmara Elias – OAB/AM nº 5225.

ACÓRDÃO Nº 53/2018: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em consonância com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. A unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator: **10.1.1. Julgar Irregular** a Prestação de Contas da Central de Medicamentos do Amazonas – CEMA, referente ao exercício de 2011, sob a responsabilidade do Sr. José Duarte dos Santos Filho, Ordenador de Despesas da CEMA e Secretário Executivo da SUSAM, nos termos do inciso II do art. 1º e da alínea "b" do inciso III do art. 22, todos da Lei Estadual nº 2.423/96, em decorrência de graves infrações à norma legal, conforme demonstram as irregularidades "8", "9", "10", "14", "15" e "17" (item 2 do Relatório da Proposta de Voto), além das situações expostas nos Relatórios nºs 84/2016, 50/2017 e 259/2017 (aquisição das Endopróteses); **10.1.2.**

Declarar em Alcance, solidariamente, o Sr. Pedro Elias de Souza, diretor à época do Hospital Universitário Francisca Mendes e o Sr. José Duarte dos Santos Filho, ex-Ordenador de Despesas da Central de Medicamentos do Amazonas, exercício 2011, no valor de **R\$ 3.023.119,98 (três milhões, vinte e três mil, cento e dezenove reais e noventa e oito centavos)**, nos termos da segunda parte do inciso I do art. 304 do RI-TCE/AM, em virtude de dos prejuízos causados aos cofres públicos por comprar e não utilizar as endopróteses das marcas E-vita e LeMaitre; **10.1.3. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias**, a contar do Ofício de comunicação do Acórdão, para que a Responsável comprove, perante este Tribunal, o recolhimento aos cofres do Tesouro do Estado do montante declarado em alcance, em conformidade com a alínea "a" do inciso III do art. 72 da Lei n. 2.423/96, corrigidos monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei estadual nº 2.423/96); **10.1.4.**

Determinar à Origem, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, que: **10.1.4.1.** observe o preenchimento completo dos dados no Sistema ACP, nos termos da Resolução 10/TCE/AM; **10.1.4.2.** não impeça o livre exercício das inspeções, mantendo, assim, toda a documentação na unidade da CEMA; **10.1.4.3.** observe que a reincidência, nas próximas prestações de contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da irregularidade das respectivas Contas, conforme prevê a alínea "e" do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM. **10.1.5. Recomendar** à Origem, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, que: **10.1.5.1.** nos casos previstos no art. 62 da Lei federal nº 8.666/93, quando substituir o contrato por outros instrumentos hábeis, atente para que sejam incluídos no instrumento, no que couber, as cláusulas a que se refere o art. 55 da aludida Lei, conforme estabelecido no §2º do art. 62 dessa norma legal; **10.1.5.2.** envide esforços no sentido de ter um plano de emergência para suprir eventual necessidade emergencial de estoque. **10.1.6. Determinar** à CGE que emita o Parecer nas Prestações de Contas dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Estado do Amazonas, inclusive com o necessário certificado de Auditoria, conforme disposto no inciso I do art. 2º, c/c a alínea "a" do art. 5º, todos da Resolução 5/1990-TCE/AM. **10.2. Por maioria de acordo com Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva:** **10.2.1. Aplicar** ao Sr. José Duarte dos Santos Filho, Ordenador de Despesas da CEMA, exercício de 2011: **a)** A multa

prevista na alínea "a" do inciso I do art. 308 do RI/TCE-AM, c/c o art. 2º da Resolução n. 1/2009-TCE, no valor de R\$ 2.192,06 (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), em razão do não-atendimento, no prazo fixado, à diligência do Tribunal, conforme evidencia o questionamento "19" (item 2 do Relatório/Voto); **b)** A multa prevista na alínea "a" do inciso V do art. 308 do RI/TCE-AM c/c o art. 2º da Resolução n. 1/2009-TCE, no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), em razão de graves infrações à norma legal, conforme evidenciam as irregularidades "8", "9", "10", "14", "15" e "17" (item 2 do Relatório/Voto), além das situações expostas nos relatórios 84/2016, 50/2017 e 259/2017 (aquisição das Endopróteses); **10.2.2. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual do valor relativo às multas impostas, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea "a" do inciso III do art. 72 da Lei n. 2.423/96 c/c § 4º do art. 174 do RI/TCE-AM, corrigido monetariamente, caso o valor recolhido ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei nº 2.423/96); **10.2.3. Remeter** os autos à DICREX para que efetue a cobrança executiva administrativa e, não obtendo êxito, adote os procedimentos necessários para a cobrança executiva judicial, observando os arts. 3º e 5º da Resolução 3/2011-TCE. *Vencidos o Relator quanto aos valores das multas aplicadas, e o Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho, que neste ponto votou acompanhando o Relator.*

AUDITOR-RELATOR: ALÍPIO REIS FIRMO FILHO.

PROCESSO Nº 11.384/2016 - Prestação de Contas Anuais do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas-IPAAM, referente ao exercício financeiro de 2015, de responsabilidade do Senhor Antônio Ademir Stroski (1º.1 a 20.3.2015) e da Senhora Ana Eunice Aleixo (21.3.2015 a 31.12.2015), Diretores Presidentes e Ordenadores de Despesas.

ACÓRDÃO Nº 52/2018: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto destaque do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, em consonância com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Por maioria:** **10.1.1. Aplicar Multa** ao Sr. Antônio Ademir Stroski, com fulcro no art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2423/1996, no valor de **R\$ 2.000,00**, pelas falhas remanescentes identificadas pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e pelo Órgão Técnico do TCE/AM; **10.1.2. Aplicar Multa** a Sra. Ana Eunice Aleixo, com fulcro no art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2423/1996, no valor de **R\$ 3.000,00**, pelas falhas remanescentes identificadas pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e pelo Órgão Técnico do TCE/AM. **10.2. A unanimidade:** **10.2.1. Julgar Regular** com Ressalvas, a Prestação de Contas Anual do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, período de 1º/01/2015 a 20/03/2015, de responsabilidade do Sr. Antônio Ademir Stroski, então Diretor-Presidente, nos termos do art. 22, II, da Lei 2.423/1996; **10.2.2. Julgar Regular** com Ressalvas a Prestação de Contas Anual do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas-IPAAM, período de 21/03/2015 a 31/12/2015, de responsabilidade Sra. Ana Eunice Aleixo, então Diretora-Presidente, nos termos do art. 22, II, da Lei 2.423/1996; **10.2.3. Determinar à origem que:** **a)** Apresente nas notas explicativas às demonstrações contábeis de 2016 com verificação pela próxima comissão de inspeção a composição dos valores e bens que realmente sofrem depreciação assim como os que já possuem baixa contábil e consequentemente valor residual para fins de verificação do saldo apresentado no Balanço Patrimonial sob possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 308, inc. IV, alínea "b" do Regimento Interno desta





Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, quinta-feira, 22 de março de 2018

Edição nº 1789, Pág. 10

TCE/AM; b) Acompanhe as faturas de serviços prestados de emissão de passagens aéreas e realize os pagamentos dentro do exercício em que foram efetivamente prestados os referidos serviços sob possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 308, inc. IV, alínea "b" do Regimento Interno desta TCE/AM; c) Realize contratação de pessoal, nos termos do art. 37, II da CF/88, para fins de manutenção da atividade administrativa vez que a contratação de pessoal terceirizado para atividades finalísticas ou meio da entidade caracteriza terceirização de mão de obra não prevista legal ou constitucionalmente. **10.2.4. Notificar** os interessados para que tomem ciência do decisório. *Rejeitada a proposta de voto do Auditor-Relator. Vencido o Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, que discordou da aplicação das multas aos responsáveis.*

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 21 de março de 2018.


MIRTYL LEVY JUNIOR
Secretário do Tribunal Pleno

PRIMEIRA CÂMARA

PAUTAS

Sem Publicação

ATAS

Sem Publicação

ACÓRDÃOS

Sem Publicação

SEGUNDA CÂMARA

PAUTAS

Sem Publicação

ATAS

2º COMPLEMENTO DO EXTRATO ATA DOS PROCESSOS JULGADOS NA 01ª SESSÃO ORDINÁRIA DA EGRÉGIA SEGUNDA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. CONSELHEIRO JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO, EM SESSÃO DO DIA 30 DE JANEIRO DE 2018.

CONS. JULIO CABRAL

PROCESSO Nº 5105/2010

ANEXOS: 5376/2010 E 6502/2010-2 VOLUMES

OBJETO:PRESTAÇÃO DE CONTAS DO SR. JOÃO MEDEIROS CAMPELO, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAMARATI, REFERENTE A 1ª PARCELA DO CONVÊNIO Nº 08/2010.

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA ESTRUTURA - SEINF

INTERESSADOS: WALDÍVIA FERREIRA ALENCAR E JOÃO MEDEIROS CAMPELO

ADVOGADOS: ANTÔNIO DAS CHAGAS FERREIRA BATISTA – OAB/AM Nº4.177, PATRICIA GOMES DE ABREU – OAB/AM Nº4.447, ADRIMAR FREITAS DE SIQUIERA – OAB/AM Nº8.243, EURIMAR MATOS DA SILVA – OAB/AM Nº9.221 E ÊNIA JÉSSICA DA SILVA GARCIA – OAB/AM Nº10.416.

PROCURADOR: RUY MARCELO ALENCAR DE MENDONÇA.

DECISÃO: JULGAR ILEGAL O TERMO DE CONVÊNIO Nº 08/2010. JULGAR IRREGULAR A 1ª PARCELA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONVÊNIO Nº 08/2010. APLICAR MULTA À SRA. WALDÍVIA FERREIRA ALENCAR E AO SR. JOÃO MEDEIROS CAMPELO.

PROCESSO Nº 5376/2010

ANEXOS: 5105/2010 E 6502/2010-2 VOLUMES

OBJETO:PRESTAÇÃO DE CONTAS DO SR. JOÃO MEDEIROS CAMPELO, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAMARATI, REFERENTE A 2ª PARCELA DO CONVÊNIO Nº 08/2010.

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA ESTRUTURA - SEINF

INTERESSADOS: WALDÍVIA FERREIRA ALENCAR E JOÃO MEDEIROS CAMPELO

ADVOGADOS: ANTÔNIO DAS CHAGAS FERREIRA BATISTA – OAB/AM Nº4.177, PATRICIA GOMES DE ABREU – OAB/AM Nº4.447, ADRIMAR FREITAS DE SIQUIERA – OAB/AM Nº8.243, EURIMAR MATOS DA SILVA – OAB/AM Nº9.221 E ÊNIA JÉSSICA DA SILVA GARCIA – OAB/AM Nº10.416.

PROCURADOR: RUY MARCELO ALENCAR DE MENDONÇA.

DECISÃO: JULGAR IRREGULAR A 2ª PARCELA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONVÊNIO Nº 08/2010. APLICAR MULTA À SRA. WALDÍVIA FERREIRA ALENCAR E AO SR. JOÃO MEDEIROS CAMPELO.

PROCESSO Nº 6502/2010-2 VOLUMES

ANEXOS: 5105/2010 E 5376/2010

OBJETO:PRESTAÇÃO DE CONTAS DO SR. JOÃO MEDEIROS CAMPELO, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAMARATI, REFERENTE A 3ª PARCELA DO CONVÊNIO Nº 08/2010.

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA ESTRUTURA - SEINF

INTERESSADOS: WALDÍVIA FERREIRA ALENCAR E JOÃO MEDEIROS CAMPELO

ADVOGADOS: ANTÔNIO DAS CHAGAS FERREIRA BATISTA – OAB/AM Nº4.177, PATRICIA GOMES DE ABREU – OAB/AM Nº4.447, ADRIMAR FREITAS DE SIQUIERA – OAB/AM Nº8.243, EURIMAR MATOS DA SILVA – OAB/AM Nº9.221 E ÊNIA JÉSSICA DA SILVA GARCIA – OAB/AM Nº10.416.

PROCURADOR: RUY MARCELO ALENCAR DE MENDONÇA.

DECISÃO: JULGAR IRREGULAR A 3ª PARCELA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONVÊNIO Nº 08/2010. APLICAR MULTA À SRA. WALDÍVIA FERREIRA ALENCAR E AO SR. JOÃO MEDEIROS CAMPELO.

PROCESSO Nº 1440/2017

OBJETO:ADMISSÃO DE PESSOAL MEDIANTE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA EMERGENCIAL DA PROFESSORA ANTÔNIA PRISCILA ALVES DE MELO, REALIZADA PELA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA, CONFORME RESENHA 003/2017, PUBLICADO NO D.O.E. DE 10/01/2017.

ÓRGÃO: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA

INTERESSADO: CLEINALDO DE ALMEIDA COSTA – REITOR DA UEA

PROCURADOR: CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

DECISÃO: JULGAR ILEGAL A ADMISSÃO DE PESSOAL. APLICAR MULTA AO SR. CLEINALDO DE ALMEIDA COSTA.



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Av. Efigênio Sales, 1155 Parque 10 CEP: 69055-736 Manaus - AM



Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, quinta-feira, 22 de março de 2018

Edição nº 1789, Pág. 11

CONS. JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

PROCESSO Nº 5055/2014

OBJETO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO SENHOR MAMOUD AMED FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE ITACOATIARA, REFERENTE AO CONVÊNIO Nº 01/14, FIRMADO COM A SEJEL.

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER - SEJEL

INTERESSADOS: MAMOUD AMED FILHO E ALESSANDRA CAMPELO DA SILVA

PROCURADORA: EVELYN FREIRE DE CARVALHO

DECISÃO: JULGAR LEGAL O TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2014. JULGAR REGULAR, COM RESSALVAS, A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2014. DETERMINAÇÃO À PREFEITURA DE ITACOATIARA.

CONS. MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

PROCESSO Nº 5806/2008-2 VOLUMES

OBJETO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO SR. SERGIO RODRIGUES VIANNA, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO FOLCLÓRICA BOI BUMBÁ CAPRICHOSO, REFERENTE AO CONVÊNIO Nº 05/2008, FIRMADO COM A SEC.

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - SEC

INTERESSADOS: SERGIO RODRIGUES VIANNA E ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA.

ADVOGADA: JÉSSICA LAÍS RONDON PIRANGY OAB/AM N.10.452

PROCURADORA: EVELYN FREIRE DE CARVALHO

DECISÃO: CONSIDERAR REVEL O SR. SÉRGIO RODRIGUES VIANNA. JULGAR LEGAL O TERMO DE CONVÊNIO Nº 05/2008. JULGAR IRREGULAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 05/2008. APLICAR MULTA AO SR. SÉRGIO RODRIGUES VIANNA. RECOMENDAÇÃO À SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA.

PROCESSO Nº 2890/2015

OBJETO: ADMISSÃO DE PESSOAL MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO, PARA PREENCHIMENTO DOS CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO PRETO DA EVA, DE ACORDO COM O EDITAL Nº 01/2015, PUBLICADO NO D.O.M. DE 25/03/2015.

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE RIO PRETO DA EVA

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE RIO PRETO DA EVA

PROCURADOR: JOÃO BARROSO DE SOUZA

DECISÃO: JULGAR LEGAL A ADMISSÃO. APLICAR MULTA AO SR. FRANCISCO BATISTA SILVA.

Manaus, 21 de março de 2018.


Aline da Silva Martins
Chefe do Departamento da Segunda Câmara

EXTRATO ATA DOS PROCESSOS JULGADOS NA 02ª SESSÃO ORDINÁRIA DA EGRÉGIA SEGUNDA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. CONSELHEIRO JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO, EM SESSÃO DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONS. JULIO CABRAL

PROCESSO Nº 5051/2011-2 VOLUMES

ASSUNTO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

OBJETO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SRA. PATRÍCIA MENEZES DE AGUIAR, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO SAÚDE SEM FRONTEIRA - ASSF, REFERENTE AO CONVÊNIO Nº 044/10, FIRMADO COM A MANAUSTUR.

ÓRGÃO: MANAUSTUR

INTERESSADO: ARLINDO PEDRO DA SILVA JÚNIOR E PATRÍCIA MENEZES AGUIAR.

ADVOGADOS: AMANDA GOUVEIA MOREIRA – OAB/AM Nº 7.222, MARCIA CAROLINE MILLEO LAREDO – OAB/AM Nº 8.936, FERNANDA COUTO DE OLIVEIRA – OAB/AM Nº 11.413 E IGOR ARNAUD FERREIRA – OAB/AM Nº 10.428, BRUNO VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO – OAB/AM Nº 6.975, PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO – OAB/AM Nº 6.935, LÍVIA ROCHA BRITO – OAB/AM Nº 6.474, FÁBIO NUNES BANDEIRA DE MELO – OAB/AM Nº 4.331, BRUNO GIOTTO GAVINHO FROTA – OAB/AM Nº 4.514, LEANDRO SOUZA BENEVIDES – OAB/AM Nº 491-A, PAULO VICTOR VIEIRA DA ROCHA - OAB/AM Nº 540-A.

PROCURADOR: RUY MARCELO ALENCAR DE MENDONÇA

DECISÃO: CONHECER OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL, RETIFICANDO O ACÓRDÃO Nº 226/2017-TCE-SEGUNDA CÂMARA, APENAS PARA ALTERAR OS SUBITENS 8.1 E 8.2, NOS SEGUINTE TERMOS: JULGAR ILEGAL O TERMO DE CONVÊNIO Nº 44/2010 E IRREGULAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 44/2010.

PROCESSO Nº 4342/2016

ASSUNTO: PENSÃO

OBJETO: PENSÃO CONCEDIDA EM FAVOR DE FRANCIMAR ALVES MENEZES, NA CONDIÇÃO DE FILHO DO SR. FRANCISCO MENEZES DE LACERDA, EX-SERVIDOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EIRUNEPE, DE ACORDO COM O DECRETO Nº 504/2016, PUBLICADO NO D.O.M DE 02 DE NOVEMBRO DE 2016.

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE EIRUNEPE

INTERESSADO: FRANCIMAR ALVES

PROCURADORA: ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES

DECISÃO: JULGAR LEGAL A PENSÃO CONCEDIDA EM FAVOR DE FRANCIMAR ALVES MENEZES.

PROCESSO Nº 3069/2011-3 VOLUMES

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO SR. GEAN CAMPOS DE BARROS, PREFEITO MUNICIPAL DE LÁBREA, REFERENTE A PARCELA ÚNICA DO CONVÊNIO Nº 073/09, FIRMADO COM A SEINF.

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SEINF

INTERESSADOS: WALDÍVIA FERREIRA ALENCAR E GEAN CAMPOS DE BARROS.

ADVOGADOS: FÁBIO NUNES BANDEIRA DE MELO – OAB/AM Nº 4.331, BRUNO VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO – OAB/AM Nº 6.975 E LÍVIA ROCHA BRITO – OAB/AM Nº 6.474.

PROCURADOR: RUY MARCELO ALENCAR DE MENDONÇA

DECISÃO: JULGAR ILEGAL O TERMO DE CONVÊNIO Nº 073/09. JULGAR IRREGULAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 073/09. APLICAR MULTA À SRA. WALDÍVIA FERREIRA ALENCAR E AO SR. GEAN CAMPOS DE BARROS.

CONS. JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

PROCESSO Nº 1133/2016

ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL

OBJETO: ADMISSÃO DE PESSOAL, MEDIANTE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE





Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, quinta-feira, 22 de março de 2018

Edição nº 1789, Pág. 12

MAUÉS, POR INTERMÉDIO DA SEMAS, CONFORME EDITAL Nº 02/2016, PUBLICADO NO D.O.M. DE 26 DE JANEIRO DE 2016.

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS.

INTERESSADOS: RAIMUNDO CARLOS GÓES PINHEIRO E PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS

PROCURADOR: ADEMIR CARVALHO PINHEIRO

DECISÃO: JULGAR ILEGAL A ADMISSÃO. APLICAR MULTA AO SR RAIMUNDO CARLOS GÓES PINHEIRO. DETERMINAÇÃO AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE MAUÉS.

PROCESSO: 5056/2015

ASSUNTO: PENSAO

OBJETO: PENSAO CONCEDIDA EM FAVOR DA SRA. FRANCISCA PESSOA DE ARAUJO, COMPANHEIRA DO SR. MANOEL PAULO DE LIMA, EX-SERVIDOR DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA, CONFORME A PORTARIA Nº 07/2015.

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA

ADVOGADOS: BRUNO VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO – OAB/AM Nº 6.975 E FÁBIO NUNES BANDEIRA DE MELO – OAB/AM Nº 4.331.

INTERESSADO: FRANCISCA PESSOA DE ARAUJO

PROCURADOR: ADEMIR CARVALHO PINHEIRO

DECISÃO: JULGAR LEGAL A PENSAO CONCEDIDA EM FAVOR DA SRA. FRANCISCA PESSOA DE ARAUJO.

AUDITOR: ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

PROCESSO Nº 4206/2011-18 VOLUMES

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO SR. PAULO HENRIQUE DE CASTRO, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO AMAZÔNIA, REFERENTE AO TERMO DE PARCERIA Nº 02/2010, FIRMADO COM A SPF.

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA - SPF

INTERESSADOS: JORGE TASSO LUCENA SAMPAIO CALADO E PAULO HENRIQUE DE CASTRO.

ADVOGADO: LUIZ HENRIQUE D'ALBUQUERQUE VEIGA LIMA – OAB/AM Nº 7.651.

PROCURADOR: EVANILDO SANTANA BRAGANÇA

DECISÃO: JULGAR ILEGAL O TERMO DE PARCERIA Nº 02/2010. JULGAR IRREGULAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERMO DE PARCERIA Nº 02/2010. CONSIDERAR EM ALCANCE OS SRS. JORGE TASSO LUCENA SAMPAIO CALADO E PAULO HENRIQUE DE CASTRO. APLICAR MULTA AO SR. JORGE TASSO LUCENA SAMPAIO CALADO E AO SR. PAULO HENRIQUE DE CASTRO.

PROCESSO: 3579/2016

ASSUNTO: PENSAO

OBJETO: PENSAO CONCEDIDA EM FAVOR DA SRA. LIDICY BARRETO PINTO, COMPANHEIRA DO SR. ALMÉRIO DE SOUZA PINTO FILHO, EX-SERVIDOR DA SEMSA, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 024/2016, PUBLICADA NO D.O.M. DE 23 DE MARÇO DE 2016.

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE -SEMSA

INTERESSADO: LIDICY BARRETO PINTO

PROCURADORA: FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

DECISÃO: JULGAR LEGAL A PENSAO CONCEDIDA EM FAVOR DA SRA. LIDICY BARRETO PINTO.

PROCESSO: N.º 4468/2011

ASSUNTO: APOSENTADORIA

OBJETO: APOSENTADORIA DA SRA. ANA MARIA LIMA BINDÁ, AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS, 3ª CLASSE, PADRÃO III, NÍVEL FT-3, MATRÍCULA Nº 000.137-6A, DO QUADRO DE PESSOAL DA

SEFAZ, DE ACORDO COM O DECRETO PUBLICADO NO D.O.E. DE 06/06/2011.

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

INTERESSADO: ANA MARIA LIMA BINDÁ

PROCURADOR: ADEMIR CARVALHO PINHEIRO

DECISÃO: JULGAR LEGAL A APOSENTADORIA DA SRA. ANA MARIA LIMA BINDÁ.

Manaus, 22 de março de 2018.

Alline da Silva Martins
Chefe do Departamento da Segunda Câmara

ACÓRDÃOS

Sem Publicação

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE

Sem Publicação

ATOS NORMATIVOS

Sem Publicação

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

DESPACHOS

DESPACHO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A SECRETÁRIA GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ, por delegação de competência da Excelentíssima Senhora Conselheira Presidente, através da Portaria nº 02/2018 e,

CONSIDERANDO a autorização da Presidência deste Tribunal, às fls. 03, do Processo Administrativo nº 874/2018;

CONSIDERANDO o Parecer nº 371/2018 da DIJUR, às fls. 11/11v;

CONSIDERANDO o disposto no inciso II, do art. 25, c/c o inciso VI, do art. 13 ambos da Lei Federal 8.666/93.

RESOLVE:

CONSIDERAR inexigível o procedimento licitatório para inscrição do Senhor Procurador-Geral de Contas CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA, no evento "1º ENCONTRO NACIONAL DOS MEMBROS DO MPS – ENAMPON", a ser ministrado no período de 20 a 22/03/2018, a ser realizado na cidade de Curitiba/PR, que se dará por meio da Empresa Associação Nacional do Ministério Público de Contas - AMPCON, inscrita no CNPJ: 37.138.161/0001-56, situada a Palácio Costa e Silva, 2º andar Praça Buriti, Asa Sul, CEP 70.070-500 – Brasília-DF. O valor da inscrição é de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais). Tem por fundamento o disposto no inciso II, do art. 25, c/c o inciso VI, do art. 13, ambos da Lei Federal 8.666/93;





Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, quinta-feira, 22 de março de 2018

Edição nº 1789, Pág. 13

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 16 de março de 2018.

VIRNA DE MIRANDA PEREIRA
Secretária Geral de Administração

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a inexigibilidade da Licitação fundamentada no art. 25, II da Lei Federal 8.666/93, para realização da inscrição no evento "1º ENCONTRO NACIONAL DOS MEMBROS DO MPS – ENAMPCON";

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho da Senhora Secretária-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 16 de março de 2018.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

DESPACHO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A SECRETÁRIA GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, por delegação de competência da Excelentíssima Senhora Conselheira Presidente, através da Portaria nº 02/2018 de 15 de janeiro e,

CONSIDERANDO a autorização da Presidência deste Tribunal, às fls. 03, do Processo Administrativo nº 836/2018;

CONSIDERANDO o Parecer nº 312/2018 da DIJUR, às fls. 10 e 10V;

CONSIDERANDO o disposto no inciso II, do art. 25, c/c o inciso VI, do art. 13 ambos da Lei Federal 8.666/93.

RESOLVE:

CONSIDERAR inexigível o procedimento licitatório para inscrição do Senhor Conselheiro **ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**, no evento "PRIMERA REUNIÓN DEL SECRETARIADO PERMANENTE DE TRIBUNALES DE CUENTAS, ÓRGANOS Y ORGANISMOS PÚBLICOS DE CONTROL EXTERNO DE LA REPÚBLICA ARGENTINA", que será realizado no período de 04 a 06/04/2018, na cidade de Mendoza, República da Argentina, que se dará por meio da ASOCIACIÓN DE ENTIDADES OFICIALES DE CONTROL PÚBLICO DEL MERCOSUR, situada a Sede: Juan B. Justo 555 – C.P. 3500 – Resistencia – Chaco - República Argentina. Conforme informação nº 0114/2018 – DIORF, Fls.09, "Segundo informação levantada junto à Diretoria de cerimonial desta corte, não há custo para presente viagem". Tem por fundamento o disposto no inciso II, do art. 25, c/c o inciso VI, do art. 13, ambos da Lei Federal 8.666/93;

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 22 de março de 2018.

VIRNA DE MIRANDA PEREIRA
Secretária Geral de Administração

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a inexigibilidade da Licitação fundamentada no art. 25, II da Lei Federal 8.666/93, para realização da inscrição no evento "PRIMERA REUNIÓN DEL SECRETARIADO PERMANENTE DE TRIBUNALES DE CUENTAS, ÓRGANOS Y ORGANISMOS PÚBLICOS DE CONTROL EXTERNO DE LA REPÚBLICA ARGENTINA";

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho da Senhora Secretária-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 22 de março de 2018.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

PORTARIAS

PORTARIA Nº 13/2018-GP/Secex

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29, XII c/c 89, IV, 203 e 211, §1º da Resolução TCE nº 04/2002 RI, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos da SECEX, para o exercício de 2018 (Certidão da 43ª Sessão Administrativa do Egrégio Tribunal Pleno, de 12/12/2017);

CONSIDERANDO o Memorando nº 32/2018-DICERP, de 16/03/2018;

CONSIDERANDO o Memorando nº 33/2018-DICERP, de 16/03/2018.

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizarem Inspeção junto aos Jurisdicionados referente Prestação de Contas, exercício 2017, conforme planilha abaixo:

ÓRGÃO	COMISSÃO	MATRÍCULA	PERÍODO
AMAZON PREV	JOÃO AFONSO DA SILVA ARAÚJO (PRESIDENTE)	001.395-1A	04/04 A 13/04/2018
	ANA MÉLIA CAMURÇA CAVALCANTE	001.803-1A	
	LINDOBERTO QUEIROZ DOS SANTOS	001.814-7A	





Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, quinta-feira, 22 de março de 2018

Edição nº 1789, Pág. 14

MANAUS PREV	VALDNOR MENDONÇA SANTARÉM (PRESIDENTE)	001.847-3A	16/04 A 27/04/201 8
	MARCO HUGO HENRIQUES DAS NEVES	001.346-3A	
	JOSENILTON JUNIOR BARROS DE FONTES	002.562-3A	
	DEBORAH DAVILA DE ANDRADE SEREJO	002.683-2A	

II - REQUISITAR os Contratos atuais e dos exercícios anteriores, conforme determina o artigo 244 da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);

III - AUTORIZAR a adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – LO, de 10/12/96 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), pelos mencionados servidores;

IV - FIXAR o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação dos relatórios conclusivos, contados a partir da resposta à notificação, observando-se os termos do art. 78, caput, da Resolução TCE nº 4/2002 (Regimento Interno);
V - ESTABELECEr aos membros da Comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes (art. 211, §§ 2º e 3º da Resolução TCE nº 04/2002 – RI), inclusive a entrega dos relatórios no prazo determinado.
PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPR-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 19 de março de 2017.

Conselheira **YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**
Presidente

PORTARIA N.º 163/2018-GPDRH

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o teor do Ofício n.º 010/2018-GCJP, datado de 13.03.2018, subscrito pelo Conselheiro **Júlio Assis Corrêa Pinheiro**,

R E S O L V E :

I – DESIGNAR o Conselheiro **JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**, matrícula n.º 001.006-5A, para no dia 15.3.2018, participar de reunião no Tribunal de Contas do Estado de Roraima, na cidade de Boa Vista/RR;

II- DETERMINAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Recursos Humanos adotem as providências necessárias, bem como o pagamento de diárias nos termos da legislação vigente.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPR-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 14 de março de 2018.

Conselheira **YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**
Presidente

PORTARIA N.º 169/2018-GPDRH

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e ;

CONSIDERANDO o teor do Memorando n.º 190/2018-SECEX, datado de 16.3.2018, subscrito pelo Secretário-Geral de Controle Externo, **Stanley Scherrer de Castro Leite**,

R E S O L V E :

I - INCLUIR o nome do servidor **LUCIANO PLENTZ RUSSO**, matrícula n.º 001.936-4A, na Comissão de Auditoria Independente de Recursos Externos - COMREX, instituída pela Portaria n.º 28/2018-GPDRH, datada de 19.1.2018, a contar de 1.3.2018;

II – ATRIBUIR ao servidor a Gratificação prevista na Portaria n.º 193/2015-GPDRH, datada de 28.5.2015, a contar de 1.3.2018.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPR-SE E PUBLIQUE-SE.
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 16 de março de 2018.

Conselheira **YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**
Presidente

PORTARIA N.º 172/2018-GPDRH

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO a solicitação no Requerimento, datado de 15.03.2018, subscrito pelo Conselheiro, **Érico Xavier Desterro e Silva**,

R E S O L V E :

I – DESIGNAR o Conselheiro **ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**, matrícula n.º 000.612-2A, para nos dias 22 e 23.3.2018, participar de reuniões relacionadas à sua atividade de Ouvidor, deste Tribunal, na cidade de São Paulo/SP;

II- DETERMINAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Recursos Humanos adotem as providências necessárias, bem como o pagamento de diárias nos termos da legislação vigente.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPR-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 19 de março de 2018.

Conselheira **YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**
Presidente

PORTARIA N.º 182/2018-GPDRH

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;





Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, quinta-feira, 22 de março de 2018

Edição nº 1789, Pág. 15

CONSIDERANDO o teor da Decisão n.º 45/2018 – Administrativa – Tribunal Pleno, datado de 13.3.2018, constante do Processo n.º 113/2018,

RESOLVE

I – CONCEDER a servidora **MARIA DO SAMEIRO ALVES RIBEIRO**, Analista Técnico B, matrícula n.º 000.596-7A, o Abono de Permanência, com base no art. 2º, §5º, da EC n.º 41/2003, a contar de 27.12.2017;

II – DETERMINAR à DRH que providencie o registro e que a DIORF, proceda o pagamento dos valores retroativos à data da implementação dos requisitos para o Abono de Permanência, mediante disponibilidade financeira e orçamentária, a critério de conveniência e oportunidade da Administração.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus 21 de março de 2018.

Conselheira **YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**
Presidente

ADMINISTRATIVO

EXTRATO

Extrato do Termo de Contrato n.º 5/2018, que entre si Celebram o ESTADO DO AMAZONAS, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, e a empresa ELETROFIOS EMPREENDIMENTOS EMPRESARIAIS LTDA - EPP, NA FORMA ABAIXO:

1. **Data:** 01/02/2018
2. **Partes:** ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS e a empresa ELETROFIOS EMPREENDIMENTOS EMPRESARIAIS LTDA – EPP.
3. **Espécie:** Prestação de Serviços Especializados - Emergencial.
4. **Objeto:** Prestação de Serviços de Limpeza, Conservação e Jardinagem, executados de forma contínua, nas áreas internas e externas do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.
5. **Valor Global Estimado:** R\$897.357,24 (oitocentos e noventa e sete mil, trezentos e cinquenta e sete reais e vinte e quatro centavos).
6. **Valor Mensal Estimado do contrato:** R\$149.559,54 (cento quarenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos).
7. **Vigência:** De 01/02/2018 a 30/07/2018 – (180 (cento e oitenta) dias)
8. **Dotação Orçamentária:** Programa de Trabalho: 01.122.0056.2466.0001, Natureza da Despesa:33903702, Fonte de Recursos: 100.
9. **Empenho:** Nota de Empenho n.º 2018NE00357, de 16/03/2018, no valor de R\$897.357,24 (oitocentos e noventa e sete mil, trezentos e cinquenta e sete reais e vinte e quatro centavos).

Manaus, 01 de fevereiro de 2018.

VIRNA DE MIRANDA PEREIRA
Secretária Geral de Administração

DESPACHOS

DESPACHOS DE ADMISSIBILIDADE E INADMISSIBILIDADE DE CONSULTAS, DENÚNCIAS E RECURSOS.

PROCESSO Nº 10078/2018- Representação formulada pelo Sr. Saulo Gabriel Rodrigues dos Santos, Sub-Procurador do Município de Maués, contra o Senhor Raimundo Carlos Góes Pinheiro, gestor e ordenador de despesas da Prefeitura Municipal de Maués à época.

DESPACHO: ADMITO A PRESENTE REPRESENTAÇÃO.

GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em 05 de março de 2018.

PROCESSO Nº 14178/2017- Recurso de Reconsideração interposto pelo Senhor Emílio Andrade Resk, Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itacoatiara – SAAE, contra da Decisão nº. 742/2017 – TCE/TRIBUNAL PLENO.

DESPACHO: ADMITO o presente RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO, concedendo-lhes os efeitos DEVOLUTIVO E SUSPENSIVO.

GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em 19 de fevereiro de 2018.

PROCESSO Nº 14012/2017- Recurso de Reconsideração, interposto pelo Sr. Tabira Ramos Dias Ferreira, à época Prefeito Municipal de Jurua, contra o Acórdão n.º 08/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO.

DESPACHO: ADMITO o presente RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO, concedendo-lhes os efeitos DEVOLUTIVO E SUSPENSIVO.

GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em 19 de fevereiro de 2018.

PROCESSO Nº 10798/2018- Denúncia formulada pelo Sr. Raimundo Pinheiro da Silva, na qualidade de Prefeito de Anamá contra o Sr. Jecimar Pinheiro Matos, ex-Prefeito de Anamá, por supostas irregularidades na Administração Municipal relativas à obra inacabada da Unidade Básica de Saúde.

DESPACHO: ADMITO A PRESENTE REPRESENTAÇÃO

GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em 01 de março de 2018.

PROCESSO Nº 10799/2018- Denúncia formulada pelo Sr. Raimundo Pinheiro da Silva, na qualidade de Prefeito de Anamá contra o Sr. Jecimar Pinheiro Matos, ex-Prefeito de Anamá, por supostas irregularidades na Administração Municipal relativas à obra inacabada da Unidade Básica de Saúde.

DESPACHO: ADMITO A PRESENTE REPRESENTAÇÃO

GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em 01 de março de 2018.

PROCESSO Nº 10820/2018- Representação formulada pelo Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas, contra a Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA.





Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, quinta-feira, 22 de março de 2018

Edição nº 1789, Pág. 16

DESPACHO: ADMITO A PRESENTE REPRESENTAÇÃO

GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em 06 de março de 2018.

PROCESSO Nº 10909/2018-Representação formulada pela Secretaria de Controle Externo – SECEX desta Corte de Contas, contra a Prefeitura Municipal de Tonantins.

DESPACHO: ADMITO A PRESENTE DENÚNCIA.

GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em 08 de março de 2018.

PROCESSO Nº 10.610/2018-Denúncia do Sr. Antônio Ferreira Lima, praticado pelo atual Prefeito, Sr. Francisco Andrade Braz, Prefeitura Municipal de Caapiranga.

DESPACHO: ADMITO A PRESENTE REPRESENTAÇÃO.

GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em 27 de fevereiro de 2017.

PROCESSO Nº 14021/2017-Recurso Ordinário interposto pela Sra. Raquel Lima Barbosa, Secretária de Estado da Assistência Social – SEAS, em face da Decisão n.º 800/2017 - TCE - 1ª Câmara

DESPACHO: ADMITO o presente RECURSO ORDINÁRIO, concedendo-lhe efeitos SUSPENSIVO E DEVOLUTIVO.

GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em 09 de fevereiro de 2018.

PROCESSO Nº 10913/2018-Recurso Ordinário, interposto pela Senhora Ecília da Silva Botelho, Defensoria Pública do Estado do Amazonas – DPE, em face da Decisão n.º 968/2017 – TCE – 1ª Câmara.

DESPACHO: ADMITO o presente RECURSO ORDINÁRIO, concedendo-lhe efeitos SUSPENSIVO E DEVOLUTIVO.

GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em 14 de março de 2018.

PROCESSO Nº 10119/2018-Recurso de Reconsideração, interposto pelo Senhor Ângelus Cruz Figueira, Prefeitura Municipal de Manacapuru, em face do Acórdão nº 45/2017 – TCE – Tribunal Pleno.

DESPACHO: ADMITO o presente RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO, concedendo-lhes os efeitos DEVOLUTIVO E SUSPENSIVO.

GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em 31 de janeiro de 2018.

PROCESSO Nº 10205/2018-Recurso Ordinário, interposto pela Senhora Edilene Carneiro Melo, Secretária de Estado da Saúde – SUSAM, em face da Decisão nº 808/2017 – TCE – 1ª Câmara.

DESPACHO: ADMITO o presente RECURSO ORDINÁRIO, concedendo-lhe efeitos SUSPENSIVO e DEVOLUTIVO.

GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em 30 de janeiro de 2018.

PROCESSO Nº 14026/2017-Recurso de Reconsideração, interposto pelo Senhor Odemilson Lima Magalhães, Prefeitura Municipal de Beruri, em face da Decisão nº 198/2017 – TCE – Tribunal Pleno.

DESPACHO: ADMITO o presente RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO, concedendo-lhes os efeitos DEVOLUTIVO E SUSPENSIVO.

GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em 31 de janeiro de 2018.

PROCESSO Nº 14014/2017-Recurso Ordinário, interposto pela Senhora Nina Rosa Maquiné Barbosa, Defensoria Pública do Estado do Amazonas – DPE, em face da Decisão nº 894/2017 – TCE – 1ª Câmara.

DESPACHO: ADMITO o presente RECURSO ORDINÁRIO, concedendo-lhe efeitos SUSPENSIVO E DEVOLUTIVO.

GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em 02 de fevereiro de 2018.

PROCESSO Nº 14048/2017-Recurso de Reconsideração, interposto pelo Senhor Paulo Adnael Andrade de Almeida, ex-presidente da Câmara Municipal de Tapauá, contra o Acórdão No 459/2017 – TCE – Tribunal Pleno.

DESPACHO: ADMITO o presente RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO, concedendo-lhes os efeitos DEVOLUTIVO E SUSPENSIVO.

GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em 26 de fevereiro de 2018.

PROCESSO Nº 10828/2018-Representação interposta pelo Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas, contra o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Manacapuru – SAAE.

DESPACHO: ADMITO A PRESENTE REPRESENTAÇÃO.

GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em 07 de março de 2018.

PROCESSO Nº 10951/2018- Representação interposta pelo Sr. José Maria Rodrigues da Rocha Júnior – Prefeito Municipal de Juruá, contra o Sr. Tabira Ramos Dias Ferreira – ex-prefeito de Juruá.

DESPACHO: ADMITO A PRESENTE REPRESENTAÇÃO.

GABINETE DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em 14 de março de 2018.

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 22 de março de 2018.


MIRTYL LEVY JUNIOR
Secretário do Tribunal Pleno





Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, quinta-feira, 22 de março de 2018

Edição nº 1789, Pág. 17

PROCESSO: 10.109/2018

ASSUNTO: Representação com pedido de medida cautelar

REPRESENTANTE: empresa Trairi Comércio de Derivados de Petróleo Ltda

REPRESENTADOS: Secretaria Municipal de Limpeza Urbana do município de Manaus – SEMULSP e Comissão Municipal de Licitação

RELATOR: Aud. Luiz Henrique Pereira Mendes

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de **Representação com pedido de Medida Cautelar** interposta pela empresa Trairi Comércio de Derivados de Petróleo Ltda contra a Secretaria Municipal de Limpeza Urbana do município de Manaus – SEMULSP e a Comissão Municipal de Licitação em face de supostas ilegalidades no Pregão Presencial 1/2018, o qual objetiva a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de coleta de lixo, compreendendo a utilização de 2 empurradores, 2 balsas, 1 embarcação auto propulsora tipo carga geral, 2 escavadeiras hidráulicas e 5 botes com motores de popa, com fornecimento de mão-de-obra técnico-operacional, para atender as atividades de remoção de entulho das margens dos rios e igarapés no município de Manaus.

2. A Representante requereu a suspensão da supramencionada licitação e, para tanto, fundamentou que ocorreram, em síntese, as seguintes impropriedades:

- 2.1. o edital do referido Pregão é cópia do edital do Pregão 71/2017, que tinha data de abertura prevista para 29/12/2017, o qual, sem nenhuma justificativa, foi suspenso;
- 2.2. a Representante informou que já havia interposto impugnação do edital quando do lançamento do mencionado Pregão 71/2017;
- 2.3. a Representante alegou que também apresentou impugnação do edital do Pregão Presencial 1/2018, posto que o referido edital, como já dito, era cópia fidedigna do edital do Pregão 71/2017;
- 2.4. o edital não apresentou a necessária indicação do recurso próprio para a ocorrência da despesa, conforme exigência do art. 38 da Lei 8.666/93, uma vez que a nota de dotação apresentada é referente ao exercício de 2017;
- 2.5. falta de clareza quanto à definição do objeto, o que teria causado dificuldade na Representante em entender se incluiria a mão-de-obra de garis para o serviço de coleta de lixo;
- 2.6. o edital fez exigências de capacidade técnica incompatíveis com a complexa contratação a ser realizada, uma vez que, a título exemplificativo, restringe-se a solicitar a comprovação de engenheiro ambiental com Certidão de Acervo Técnico – CAT registrado no CREA em serviços de coleta de lixo, bem como que a empresa apresente declaração de possuir todos os equipamentos e máquinas necessários;

2.7. previsão de pagamentos por medição mensal e não diária, dificultando a formação de preços por parte dos licitantes;

2.8. permissão de que empresas em recuperação judicial participem do certame.

3. Através de Decisão Monocrática (fls. 173/174), concedi a medida cautelar pleiteada, no sentido de suspender o Pregão Presencial 1/2018, determinando, em seguida, a notificação da SEMULSP e da Comissão Municipal de Licitações para apresentarem justificativas no prazo de 15 (quinze) dias.

4. Em cumprimento, a SEPLENO providenciou o Ofício comunicatório 169/2018 (fls. 172).

5. A Comissão Municipal de Licitações – CML, através do expediente de fls. 183/198, apresentou justificativas, as quais passo a analisar. Vejamos.

6. Em linhas gerais, a defesa apresentada limitou-se a desqualificar as alegações da Representante, contudo, a meu sentir, não logrou êxito em afastar as contradições constantes no edital da licitação. A título exemplificativo, com relação à definição do objeto, a CML alegou que não há problemática, uma vez que o serviço inclui a também a coleta e não somente a locação de máquinas. Contudo, posso verificar que, muito embora a definição do objeto mencione serviço de coleta de lixo em margens de rios e igarapés, a alegação da Representante é palatável, tendo em vista que no edital não consta a previsão de inclusão da mão-de-obra de garis, fato que gera dúvidas e dificulta a formação de preços das concorrentes.

7. Dito isso, entendo que permitir a continuidade da licitação com diversas dúvidas e questionamentos ainda permanecendo sobre o edital, poderia ocasionar o risco de ineficácia da futura decisão de mérito, tendo em vista que o procedimento adentraria, por óbvio, à fase contratual e, como se sabe, o Tribunal, nos termos constantes na Constituições Federal e Estadual, possui vedação para suspender diretamente ajuste em vigor. Dessa forma, é prudente a manutenção da suspensão do certame licitatório até a finalização do trâmite ordinário nesta Casa, ou seja, a análise por parte do Órgão técnico e pelo Ministério Público de Contas.

8. Diante do exposto, **mantenho a medida cautelar já deferida**, no sentido de suspender o Pregão Presencial 1/2018 e, ato contínuo, determino à Secretaria do Tribunal Pleno – SEPLENO, que:

- 8.1. PUBLIQUE em 24 (vinte e quatro) horas esta Decisão Monocrática no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, nos termos do art. 5º da Resolução 3/2012, observando a urgência que o caso requer;
- 8.2. encaminhe cópia desta Decisão Monocrática à Representante e às Representadas;
- 8.3. encaminhar os autos ao Relator para análise e adoção das medidas cabíveis.





Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, quinta-feira, 22 de março de 2018

Edição nº 1789, Paq. 18

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 22 de março de 2018.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, em Manaus, 22 de março de 2018.

MIRTYL LEVY JUNIOR
Secretário do Tribunal Pleno

EDITAIS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 22/2018 DEATV

Pelo presente Edital, na forma e para os efeitos do disposto no art. 71, inciso III, da Lei nº 2423/96 – TCE, e art. 97, I e § 2º, da Resolução TCE 04/02, combinado com o art. 5º, LV, da CF/88, e em cumprimento ao despacho exarado pela Excelentíssima Conselheira Relatora Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, fica NOTIFICADO o Sr. **ANTONIO CEZAR MOTA BOTERO**, para no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da última publicação deste, comparecer ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, situado na Avenida Efigênio Sales, nº 1155, 2º andar, Parque Dez de Novembro, a fim de oferecer razões de defesa em relação aos questionamentos apontados no Parecer Ministerial nº1001/2016 - DEATV, que trata da Tomada de Contas Especial referente ao Convênio nº 03/2009, celebrado entre a SEJEL e a Federação das Ligas Desportivas de Manaus, nos autos do Processo TCE nº5695/2009.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISE DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS, DA SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO, DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 20 de março de 2018.


LUCIANO SIMÕES DE OLIVEIRA
Chefe do Departamento de Análise de Transferências Voluntárias – DEATV

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 23/2018 DEATV

Pelo presente Edital, na forma e para os efeitos do disposto no art. 71, inciso III, da Lei nº 2423/96 – TCE, e art. 97, I e § 2º, da Resolução TCE 04/02, combinado com o art. 5º, LV, da CF/88, e em cumprimento ao despacho exarado pela Excelentíssima Conselheira Relatora Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, fica NOTIFICADO ao Sr. **JULIO CESAR SOARES DA SILVA**, para no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da última publicação deste, comparecer ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, situado na Avenida Efigênio Sales, nº 1155, 2º andar, Parque Dez de Novembro, a fim de oferecer razões de defesa em relação aos questionamentos apontados no Parecer Ministerial nº1001/2016 - DEATV, que trata da

Tomada de Contas Especial referente ao Convênio nº 03/2009, celebrado entre a SEJEL e a Federação das Ligas Desportivas de Manaus, nos autos do Processo TCE nº5695/2009.

DEPARTAMENTO DE ANÁLISE DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS, DA SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO, DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 20 de março de 2018.


LUCIANO SIMÕES DE OLIVEIRA
Chefe do Departamento de Análise de Transferências Voluntárias – DEATV

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 8/2018-DICAMI

Processo nº 10.726/2017-TCE. Responsável: Sr Dairoilson Matos Deveza, Ex-servidor da Câmara Municipal de Parintins. Prazo: 30 dias.

Pelo presente Edital, faço saber a todos, na forma e para os efeitos legais do disposto nos arts. 71, III, 81, II, da Lei nº 2.423/96-TCE, c/c o art. 1º, da LC nº 114/2013, que alterou o art. 20, da Lei nº 2423/96; arts. 86, 97, I e II, da Resolução nº 04/2002-TCE; art. 19, da Res. nº 08/2013, e para que se cumpra o art. 5º, inciso LV, da CF/88, c/c o art. 51, § 1º da LO/TCE, e ainda o Despacho do Sr. Relator, fica NOTIFICADO o Sr. **DAIROILSON MATOS DEVEZA, ex-servidor da Câmara Municipal de Parintins**, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da última publicação deste, apresentar ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, situado na Av. Efigênio Sales nº 1155 – Parque 10, Cep 69060-020, documentos e/ou justificativas como razões de defesa em face a Representação contra o notificado, objeto do Processo nº 10.726/2017-TCE, disponível na DICAMI para subsidiar a defesa.

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR, DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 22 de março de 2018.

LÚCIO GUIMARÃES DE GÓIS
Diretor

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 9/2018-DICAMI

Processo nº 14.425/2016 TCE Responsável: Sr. Carlos Alexandre Ferreira da Silva, ex-Prefeito de Parintins. Prazo: 30 dias.

Pelo presente Edital, faço saber a todos, na forma e para os efeitos legais do disposto nos arts. 71, III, 81, II, da Lei nº 2.423/96-TCE, c/c o art. 1º, da LC nº 114/2013, que alterou o art. 20, § 2º, da Lei nº 2423/96; arts. 86 e 97, I e II, da Resolução nº 04/2002-TCE; art. 19, da Res. nº 08/2013, e para que se cumpra o art. 5º, inciso LV, da CF/88, c/c os arts. 18 e 19, I, da Lei citada, e ainda o Despacho do Sr. Relator, fica NOTIFICADO o Sr. **CARLOS ALEXANDRE FERREIRA SILVA, ex-Prefeito de Parintins**, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da última publicação deste, apresentar ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, situado na Av. Efigênio Sales nº 1155 – Parque 10, Cep 69060-020, documentos e/ou justificativas como





Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, quinta-feira, 22 de março de 2018

Edição nº 1789, Pág. 19

razões de defesa, acerca das restrições suscitadas no Despacho do Excelentíssimo Conselheiro Relator Dr. Júlio Assis Corrêa Pinheiro e Diligência nº 82/2017-MP-ESB, peças dos Processo TCE nº 14.425/2017, que trata da Solicitação de Inspeção Extraordinária nas contas da Prefeitura Municipal de Parintins, exercício de 2016, disponível na DICAMI para subsidiar a defesa.

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS DO INTERIOR, DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DO AMAZONAS, em Manaus, 22 de março de 2018.

LÚCIO GUIMARÃES DE GÓIS
Diretor



UM MOSQUITO NÃO É MAIS
FORTE QUE UM PAÍS INTEIRO





Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, quinta-feira, 22 de março de 2018

Edição nº 1789, Pág. 20

TELEFONES ÚTEIS

CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
3301-8159

SEGER
3301-8186

OUVIDORIA
3301-8222
0800-208-0007

SECEX
3301-8153

ESCOLA DE CONTAS
3301-8301

DRH
3301-8231

CPL
3301-8150

DEPLAN
3301 – 8260

DECOM
3301 – 8180

DMP
3301-8232

DIEPRO
3301-8112



Presidente

Cons. Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos

Vice-Presidente

Cons. Mario Manoel Coelho de Mello

Corregedor

Cons. Antônio Júlio Bernardo Cabral

Ouvidor

Cons. Érico Xavier Desterro e Silva

Conselheiros

Cons. Josué Cláudio de Souza Filho
Cons. Júlio Assis Corrêa Pinheiro
Cons. Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior

Auditores

Mário José de Moraes Costa Filho
Alípio Reis Firmo Filho
Luiz Henrique Pereira Mendes

Procurador Geral do Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas

Carlos Alberto Souza de Almeida

Procuradores

Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça
Evanildo Santana Bragança
Evelyn Freire de Carvalho
Ademir Carvalho Pinheiro
Elizângela Lima Costa Marinho
João Barroso de Souza
Ruy Marcelo Alencar de Mendonça
Elissandra Monteiro Freire
Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

Secretária Geral de Administração

Virna de Miranda Pereira

Secretário-Geral de Controle Externo

Stanley Scherrer de Castro Leite

